

CONTRA A PLURALIDADE AGAINST PLURALITY

JOSÉ JOÃO NEVES BARBOSA VICENTE¹

Resumo: Para Arendt, o fenômeno totalitário destruiu a pluralidade humana, isto é, a condição de toda a política autêntica, mas devemos sublinhar, também, que antes do aparecimento dos regimes totalitários, Platão já tinha se posicionado abertamente contra essa pluralidade, ou em outros termos, ele já tinha negado essa condição como sendo a base para toda a política. Devido ao prestígio filosófico de Platão e sua importância dentro da tradição de pensamento ocidental, suas ideias e posicionamentos referentes a essa questão merecem ser analisadas, e para fazermos essa análise, apoiaremos nas considerações de Arendt sobre a recusa de Platão à essa condição humana fundamental que é a ideia da pluralidade.

Palavras – chave: Diálogo; *Doxa*; *Pólis*, Política.

Abstract: For Arendt, the totalitarian phenomenon destroyed human plurality, that is, the condition of all authentic policy, but we should emphasize, too, that before the emergence of totalitarian regimes, Plato had already positioned himself openly against this plurality, or in other words, he had already denied this condition as the basis for all policy. Due to the prestige of Plato's philosophy and its importance within the tradition of Western thought, their ideas and positions regarding this question deserve to be analyzed, and to do this analysis, we will support the considerations of Arendt on the refusal of Plato to the fundamental human condition which is the idea of plurality.

Keywords: Dialogue; *Doxa*; *Pólis*; Politics.

¹ Professor de filosofia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Um dos conceitos fundamentais presente em todo o pensamento político de Arendt e indispensável para se pensar a política autêntica é, sem dúvida, o conceito de “pluralidade”. Sua crítica sistemática dirigida aos regimes totalitários do século XX, como aparece, por exemplo, em sua obra *Origens do totalitarismo* (1989), encontra-se fundamentada na convicção de que tais regimes destruíram a pluralidade humana em suas desesperadas tentativas de “fabricar um novo homem” em seus “laboratórios” ou “fabricas da morte”, famosamente conhecidas pelo nome de “campos de concentração”. Mas, antes de ser destruída totalmente pelos regimes totalitários, a pluralidade humana, nos lembra Arendt, foi radicalmente negada e recusada por Platão no início da nossa tradição de pensamento político; essa constatação de Arendt é o primeiro registro que temos de um filósofo da tradição do pensamento ocidental contrário à pluralidade humana.

Em termos arendtianos, Platão, ao contrário de Sócrates cuja ideia da pluralidade estava presente na totalidade do seu pensamento, nunca se preocupou em pensar a política longe da ideia de uma relação “comando e obediência”. Tal ideia é perigosa, pois tende necessariamente a enxergar o espaço político ou público não como o lugar de debate entre iguais, mas sim como algo que pode ser reduzido às instituições estatais ou simplesmente ao jogo privado e interesseiro dos partidos políticos. Platão, portanto, em suas reflexões sobre a política, não deixou brechas para uma possibilidade de se pensar um “espaço”, como disse Roviello (1997, p.23), “onde se institui, e, por conseguinte, se *revela* a comunidade do mundo”. Platão, portanto, nas palavras de Arendt (2002, p.21), nunca se preocupou em pensar a política como uma atividade cuja base essencial é a “pluralidade dos homens”, ou seja, uma atividade humana que trata fundamentalmente da “convivência entre diferentes”. Para Arendt, portanto, como observou Vallée (2003, p.25), não há política sem a pluralidade humana e sem o espaço público para diálogos “onde cada um pode participar junto dos seus pares, ter a alegria de aparecer em

público e de poder realizar com outros o que seguramente não poderia fazer sozinho”.

A pluralidade humana para Arendt (2009a, p.16), não é simplesmente uma ideia que deve ser dita pela linguagem, mas é a base para se pensar e praticar a política autêntica, ela também garante a nossa condição humana, a saber, que “ninguém” é “exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir”; por isso, para ela, é preciso rejeitar, por exemplo, a ideia de Platão cuja proposta é negar aos homens essa pluralidade. Platão, na verdade, em termos arendtianos, nunca teve qualquer preocupação em tornar o pensamento algo relevante para a instauração e manutenção do mundo comum, para ele, a pluralidade nunca foi a “lei da terra” e engajar-se no sentido de agir e falar na companhia de muitos nunca foi o princípio básico do seu pensamento e nem uma recomendação para os homens, para ele, o importante, se quisermos fazer aqui o uso das palavras de Arendt (1993, p.94) é se preocupar “com as coisas eternas, não - humanas e não - políticas”.

Para Arendt, portanto, Platão não é aquele pensador cuja preocupação é unir o pensamento e a política, pois para ele, política jamais deve ser entendida como algo capaz de ser feita, por exemplo, na *ágora*, ele também não está interessado em preservar e desenvolver as opiniões dos indivíduos e nem pretende incentivá-los assumir e fundamentar tais opiniões na presença dos outros, para ele, na verdade, as opiniões devem ser totalmente renunciadas. Isso mostra, pelo menos em parte, que Platão não admite a ideia de pluralidade como algo que fundamenta toda a política autêntica e nem sonha em tornar a filosofia algo relevante para a política. Para Platão, portanto, a política não se faz através dos debates de opiniões infundáveis e indeterminadas cujo fim só pode ser ilusão, desordem, confusão e violência, para ele, não há necessidade de valorizar opiniões ou debates a partir delas, pois através de opiniões jamais se chegará à verdade, as opiniões permanecem no mundo da ilusão ou da aparência; nada é capaz de ser iluminado ou esclarecido por meios de debates de opiniões, pois estes apenas tornam as questões mais obscuras.

Platão não é, portanto, o pensador da “praça pública” interessado em debater opiniões, ele não o pensador que alimenta a política por meio de debates, uma prática que, para Arendt, constitui a vida política. Platão não acredita que o debate de opiniões possa conduzir o homem a uma ideia verdadeira de justiça ou de coragem, por isso, para ele, nunca se deve motivar o indivíduo no sentido de elucidar ou desenvolver suas opiniões, nada pode ser concebida apenas como aparece para cada indivíduo, as coisas são como são e devem ser entendidas ou alcançadas tais, não se pode fazer política, por exemplo, tomando como referência o ponto de vista de cada pessoa, ou a compreensão do mundo como aparece para cada um, é preciso fazer política tendo em vista a sua ideia em si, e isto não se alcança através de opiniões. É preciso que se busque chegar sempre a algo absoluto válido para todos e nunca a algo ilusório ou aparente, por isso é preciso deixar de lado o modo como o mundo se abre para cada indivíduo em particular e de acordo com a situação ou posição que se encontra; opiniões, em termos platônicos, para usarmos aqui as palavras de Arendt (2009, p.56), não servem para que o indivíduo seja capaz de “mostrar-se, ser visto e ouvido pelos demais”.

Não há espaço, portanto, no pensamento de Platão para que todos tenham opiniões válidas e discutíveis em públicos e que as mesmas possam ter algum valor para o bom funcionamento da política. Definitivamente, a política como pensada por Platão, não é o campo onde se considere as múltiplas perspectivas da comunidade, como também não é o espaço propício para se tolerar as ilusões, as aparências e as contradições provenientes dos debates de opiniões divergentes. É preciso que o político seja capaz de encontrar a verdade e fazer com que todos possam vê-la, evitando assim aquilo que Arendt (2009, p.60) descreveu como sendo “a maior quantidade e variedade possível de realidade”, sua preocupação nunca deve ser voltada para a maneira como o mundo aparece para cada um, mas no sentido de evitar a contaminação da política através da proliferação das opiniões, pois estas não atingem a verdade, ou como disse Amiel (1997, p.86), as opiniões como entendidas por Platão, “não se conclui numa verdade geral”. A política deve buscar o absoluto e comum a

todos, ela não deve se perder nas infundáveis opiniões debatidas sem qualquer objetivo concreto ou finalidade que se possa definir como verdade; a valorização dos debates de opiniões serve apenas para criar um ambiente onde governar torna-se uma atividade desnecessária.

Em termos aredntianos, Platão não valoriza a pluralidade humana, na verdade, ele recusa a aceitá-la como sendo a base de fundação e de sustentação de toda a atividade política autêntica, pois para ele não se pode afirmar que o mundo real é algo que aparece quando é discutido com os outros, pois se assim fosse, teríamos que admitir uma infinidade de mundo e de realidade que em nada contribuiria para uma política que se pretende ser sólida; nenhuma realidade, para Platão, é construída através de debates infundáveis de opiniões diferentes e sem qualquer consistência e, portanto, a pluralidade não serve como critério para se pensar uma política autêntica e duradoura, Platão, portanto, definitivamente não se interessa em unir a filosofia e a política e nem pretende demonstrar o papel da filosofia para a política, como também não se preocupa em fazer com que cada cidadão se torne um participante efetivo da vida pública. Platão, portanto, apesar de ter sido discípulo de Sócrates, ele não age como o seu mestre, um filósofo cujo pensamento uniu a filosofia e a política, e um dos motivos para tomar um caminho diferente do mestre, de acordo com o próprio Platão (1999, p.59), está no ligado ao processo que acusou Sócrates de ser um pensador que recusou “aceitar os deuses que são reconhecidos pelo Estado” e de ter introduzido “novos cultos”, bem como “de corromper a juventude”. Uma acusação da qual Sócrates não foi capaz de comover no tribunal uma quantidade suficiente entre os quinhentos cidadãos que constituíam o júri.

Para Platão, não há motivo para acreditar na vida política como estava desenhada e funcionando em Atenas, assim como é preciso também duvidar dos debates infundáveis de opiniões divergentes; é necessário fazer oposição à opinião através da verdade, mas isso deve acontecer de forma radical, não há como justificar o valor da opinião para o funcionamento da política, esta deve

se pautar sobre questões absolutas e não sobre ilusões e aparências. É preciso colocar a verdade absoluta no lugar da opinião, assim como é preciso, também, fazer política baseada unicamente na razão e jamais na opinião, esta, na verdade, deve ser desvalorizada de forma total e absoluta toda a verdade, seja ela política ou de qualquer outra espécie, deve ser sempre para Platão, como disse Arendt (2009, p.48) “entendida como diametralmente oposta à opinião”, e concebida como algo universal e absoluta, desse modo, portanto, qualquer opinião deve ser entendida como uma forma de ilusão. Não há espaço para a pluralidade no pensamento de Platão, se entendermos que, como disse Arendt, na esfera dos assuntos humanos, a verdade é sempre relativa e aberta ao debate. Para Platão apenas devemos falar de verdade como algo viável apenas para um ser solitário, abstrato e totalmente separado de qualquer relação com os outros.

Platão, portanto, pensa de modo radicalmente contrário à opinião e à persuasão retórica, em seu pensamento as questões referentes às opiniões particulares, como disse Vallée (2003, p.57), “se transforma em coerção pela verdade”. A política, para ele, não é pensada como participação na ação comum, mas como uma comunidade que, como disse Arendt (2009a, p.234), “consiste em governantes e governados”, Platão acredita que o critério básico e fundamental de um homem para governar os outros, não consiste no debate de opiniões, mas sim ser capaz de governar-se a si mesmo, por isso só o “rei filósofo” reúne as condições e a competência capazes de governar os outros em uma comunidade politicamente organizada. Para Arendt (2009a, p.236-239), Platão faz uma aplicação das suas ideias políticas nos mesmos moldes que um “artesão aplica suas normas e padrões; ‘faz’ sua cidade como o escultor faz uma estátua”. Em outros termos, significa dizer que Platão compreende o sentido autêntico da política de acordo com o modelo de fabricação.

Platão não quis se arriscar no mundo da fragilidade dos negócios humanos, ele preferiu a solidez da tranquilidade e da ordem, isso em termos arendtianos, pode ser entendido como um abandono da responsabilidade ou como uma tentativa de se fazer a política negando-a radicalmente; de todo

modo, Platão estava ciente que a sua teoria pretendia evitar que a política se transformasse em um cenário onde a balbúrdia de vozes discordantes acabaria dominando as questões essenciais, levando os homens a uma ilusão generalizada, para ele, a política não se faz na gritaria, ou seja, a política não se resume ao grito individual e egoísta de cada indivíduo em particular, sem nenhuma compreensão adequada da essência e da necessidade do todo; a política não poder entendida em termos de uma ação que pensada individualmente por cada um, sem dizer o que ela é exatamente. Para Platão, portanto, não só devemos dizer o que a política é, de fato, como também é necessário entendermos que nenhum homem é capaz de viver em harmonia com o seu semelhante de maneira legítima e política, sem que um desfrute do direito de comandar o outro e fazê-lo obedecer.

Política, portanto, não se faz com belas palavras ou com eloquência; política não é o campo onde devemos encantar as pessoas com palavras dóceis e amáveis, ou seja, com belos discursos que não dizem nada sobre o seu objeto e que apenas enganam e iludem aqueles que dão ouvidos a eles. No campo da política é preciso trabalhar com a verdade, com aquilo que é. A política, portanto, em termos platônicos, não tende para o lado da participação ativa dos cidadãos nos assuntos públicos por meio de debate de opiniões, ela precisa ser encarada com espaço de decisão e de execução, para isso apenas aqueles que são preparados e competentes para essa função deverá abraçar e executar essa tarefa. Em termos gerais, se pensarmos com Arendt, ao negar a pluralidade humana como fundamento para toda e qualquer política autêntica, Platão substitui de forma radical o “agir” pelo “fazer”. Para ele, a “ação” como entendida por arendt, é interpretada nos moldes do “fazer”, e quando ele adota esse tipo de postura para o seu pensamento político, ele acaba por introduzir, pelo menos de acordo com a compreensão arendtiana, certa violência na ação. Por isso que, para essa autora, o filósofo grego recusou de modo radical a ideia da pluralidade humana.

A filosofia política de Platão, como interpretada por Arendt, pode ser entendida como uma teoria cujo objetivo é destruir o sentido autêntico da política, pois em sua essência, ela nega de forma radical aquilo que fundamenta e sustenta a política, a saber, a pluralidade humana. Sem a pluralidade humana a política concebe os homens como “Um” e sem qualquer espaço entre eles para um a ação e o discurso, ou seja, a política sem o reconhecimento da pluralidade humana tende, necessariamente, a uma negação da pessoa como tal, isso inclui, fundamentalmente, sua diferença em relação a todos os outros. Nenhuma política, nos lembra Arendt (1989, p.518), pode pretender transformar os homens em um ser de “dimensões gigantescas”, pois desse modo, a própria vida política é destruída, bem como a vida privada de cada indivíduo em particular. Quando recusa a pluralidade humana de forma radical, qualquer política se transforma em algo impossível de conviver, pois os indivíduos sem a possibilidade de debater e de discutir suas opiniões divergentes no espaço público, simplesmente se isolam e deixam de existir como matéria política. Não há terror maior do que uma política que negue o debate público de opiniões divergentes sobre assuntos que interessam a todos, ser submetido a essa condição é não pertencer ao mundo de forma alguma.

Quando se pensa a política longe da ideia de pluralidade humana, busca-se destruir a própria pessoa humana através de um ato que mata a sua dignidade e ofusca a sua diferença perante os outros; sua estima, sua identidade e o seu caráter único são mutilados, nessas condições a capacidade do indivíduo de pensar e de agir fica frágil e ele se transforma em um ser incapaz de começar de agir e de começar qualquer coisa por si próprio; sua imprevisibilidade que pode representar a sua criatividade e sua capacidade de trazer ao mundo alguma coisa nova é radical sufocada. Uma política que recusa a pluralidade humana, só pode pretender um poder total e um mundo de reflexo condicionado, pois, certamente, não é uma atividade que se realiza por meio na ação e no discurso como disse Arendt, mas sim de uma forma única e para sempre, não é uma política, portanto, construída e garantida a partir de artifícios convencionais, como a legalidade, a cidadania, o respeito e a posse

garantida de um lugar próprio e de uma ocupação social, condições artificiais sem as quais não subsiste a dignidade da existência humana.

Conceber a política longe da ideia da pluralidade humana, não significa inventar a crueldade ou o massacre, mas certamente representa um passo fundamental para o surgimento desses males. Afinal, para que uma política desse tipo possa subsistir em um mundo humana, ela precisa necessariamente de recriar os homens, ou em outros termos, ela precisa pensar a possibilidade de obter cidadãos de reflexos condicionados capazes de lealdade total, irrestrita e inalterável, cidadãos prontos para não obedecerem a “nenhum outro princípio organizador” como disse Ricoeur (1995, p.151), “a não ser o Estado, encarnado na pessoa do chefe”. Na verdade, como disse Arendt (1989, p.506), são necessários “horribéis marionetes com rostos de homem, todos com o mesmo comportamento do cão de Pavlov, todos reagindo com perfeita previsibilidade mesmo quando marcham para a morte”. A recusa da pluralidade na política, portanto, marca assim uma tradição hostil à política a partir de uma “a noção vulgar” da comunidade política definida em termos de governantes e governados, reforçada pela noção de que, para viver juntos, de maneira política, alguns homens devem ter o direito de comandar e os demais forçados a obedecer. Uma atitude que despreza totalmente a ação comum e reduz os pontos de vista de cada um a uma única verdade.

Sem qualquer respeito pela pluralidade humana e pelas opiniões divergentes dos indivíduos particulares, e sem qualquer pretensão em contribuir para o desenvolvimento do debate político em um espaço público comum a todos, Platão busca ultrapassar a própria política substituindo-a pela verdade. Platão, portanto, nunca viveu a união entre filosofia e política que se traduz em sua linguagem mais adequada e mais efetiva no respeito à ideia da pluralidade humana, o fundamento de toda e qualquer política autêntica. Com Platão temos uma clara ruptura entre filosofia e política, mas temos uma oposição clara e entre aquele que sabe e merece governar e aquele que deve obedecer. Em suma, ele desvaloriza a política a favor da filosofia.

REFERÊNCIAS

- AMIEL, Anne. *Hannah Arendt: política e acontecimento*. Trad. Sofia Mota. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- _____. *Homens em tempos sombrios*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____. *A vida do Espírito*. Trad. Antonio Abranches; Cesar Augusto R. de Almeida; Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- _____. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: companhia das Letras, 1999.
- _____. *O que é política? Fragmentos das obras póstumas compilados por Ursula Ludz*. Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.
- _____. *A dignidade da política: ensaios e conferências*. Trad. Antônio Abranches; Cesar Almeida, Claudia Drucker; Fernando Rodrigues. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- _____. *A promessa da política*. Trad. Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.
- _____. *Homens em tempos sombrios*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____. *Origens do totalitarismo - antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *Vies politiques*. Paris: Gallimard, 1974.
- BAUDOIN, Jean. *Introdução à sociologia política*. Trad. Ana Moura. Lisboa: Estampa, 2000.
- DELACAMPAGNE, Christian. *A filosofia política hoje: ideias, debates, questões*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

PLATÃO. *Apologia de Sócrates*. Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

RICOEUR, Paul. *A crítica e a convicção*. Trad. Antonio Hall. Lisboa: 70, 1995.

ROVIELLO, Anne-Marie. *Senso comum e modernidade em Hannah Arendt*. Trad. Benedicte Hovart; João Felipe Marques. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

VALLÉE, Catherine. *Hannah Arendt: Sócrates e a questão do totalitarismo*. Trad. Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.